

NÍVEL SUPERIOR  
**MANHÃ****PROVA 01****ANALISTA LEGISLATIVO****ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE****CADERNO DE QUESTÕES****ATENÇÃO**

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **70 (setenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Ética do Servidor na Administração Pública	21 a 25
Legislação Municipal	26 a 30

CONTEÚDO	QUESTÕES
Administração Financeira e Orçamentária	31 a 40
Contabilidade Pública	41 a 50
Auditoria	51 a 60
Licitações e Contratos	61 a 70

3. Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva para o espaço determinado no **CARTÃO-RESPOSTA**, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***Todo o poder emana do povo.***

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
  - portando anotações, impressas ou manuscritas, em papéis que não os permitidos;
  - utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
5. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
6. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
8. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
9. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões 01, 02 e 03.

**Texto I** - Mundo sustentável

Cada um de nós, independentemente do poder aquisitivo, pode fazer a sua parte na construção de uma nova sociedade de consumo, em que a compra de cada produto ou serviço seja precedida de alguns pequenos cuidados. Dar preferência aos fabricantes ou comerciantes comprometidos com energia limpa, redução e reaproveitamento de resíduos, reciclagem de água, responsabilidade social corporativa e outras iniciativas sustentáveis é um bom começo. Assim como checar se o que pretendemos adquirir é realmente necessário e fundamental. O conceito de necessário varia de pessoa para pessoa, é assunto de foro íntimo. Mas podem-se descobrir, nesse exercício, os sintomas de uma doença chamada oneomania, ou consumo compulsivo, que, de acordo com pesquisa do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, acomete aproximadamente 3% da população brasileira, em sua maioria mulheres. É gente que usufrui apenas do momento da compra, para muito rapidamente deixar o produto de lado e, não raro, mergulhar num sentimento de culpa. Muitos endividados que tomam empréstimos em bancos ou em agiotas são oneomaniacos.

André Trigueiro. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005, pág. 22. Fragmento.

01. "Mas podem-se descobrir, nesse exercício, os sintomas de uma doença chamada oneomania..." A expressão "Nesse exercício" retoma ideia anteriormente apresentada em:
- (A) "O conceito de necessário varia de pessoa para pessoa, é assunto de foro íntimo"
- (B) "Dar preferência aos fabricantes ou comerciantes comprometidos com energia limpa"
- (C) "Assim como checar se o que pretendemos adquirir é realmente necessário e fundamental"
- (D) "Cada um de nós, independentemente do poder aquisitivo, pode fazer a sua parte"
02. "Muitos endividados **que** tomam empréstimos em bancos ou em agiotas são oneomaniacos". Nessa frase, o vocábulo em destaque retoma um termo antecedente e introduz uma oração adjetiva, portanto classifica-se como pronome relativo. Também é pronome relativo a palavra destacada em:
- (A) Eles gastaram tanto **que** ficaram endividados.
- (B) Não iremos à festa, **que** já é tarde.
- (C) Esperamos **que** todos gostem do espetáculo.
- (D) Conheci os atores **que** ganharam o prêmio.

03. "os sintomas de uma doença chamada **oneomania**, ou consumo compulsivo". Está correta a significação apresentada, no texto, para o vocábulo em destaque, porém há **equivoco** na indicação do significado da seguinte palavra:

- (A) **plutomania** - alienação mental em que o doente se imagina paupérrimo
- (B) **criptomania** - tendência ou necessidade doentia de esconder-se
- (C) **mitomania** - distúrbio que consiste em contar mentiras compulsivamente
- (D) **piromania** - desejo mórbido e incontrolável de provocar incêndios

Considere o texto II para responder às questões 04 e 05.

**Texto II** - Todos os verbos

Errar é útil	E nele sempre cabem de vez
Sofrer é chato	Todos os verbos do mundo
Chorar é triste	Abraçar é quente
Sorrir é rápido	Beijar é chama
Não ver é fácil	Pensar é ser humano
Trair é tátil	Fantasiar também
Olhar é móvel	Nascer é dar partida
Falar é mágico	Viver é ser alguém
Calar é tático	Saudade é despedida
Desfazer é árduo	Morrer um dia vem
Esperar é sábio	Mas amar é profundo
Refazer é ótimo	E nele sempre cabem de vez
Amar é profundo	Todos os verbos do mundo

Marcelo Jeneci e Zélia Duncan, do CD *Pelo Sabor do Gesto*, Zélia Duncan

04. "**Mas** amar é profundo". A conjunção em destaque inicia o verso e assume o sentido de:
- (A) adição, marcando a continuidade de mais um entre "todos os verbos"
- (B) consequência, indicando amar como efeito da sequência de verbos
- (C) contraste, mostrando que amar é o mais importante
- (D) explicação, sugerindo a ruptura na enumeração de verbos
05. Em "Pensar é ser humano", o termo **pensar** tem a mesma função sintática que em:
- (A) Os filósofos costumam pensar a existência humana.
- (B) Todos concordam que pensar acalma.
- (C) A necessidade de pensar move o ser humano.
- (D) Sua principal atividade é pensar.

Considere o texto III para responder às questões 06 e 07.

**Texto III - Vida a crédito**

Vivemos a crédito: nenhuma geração passada foi tão endividada quanto a nossa – individual e coletivamente (a tarefa dos orçamentos públicos era o equilíbrio entre receita e despesa; hoje em dia, os “bons orçamentos” são os que mantêm o excesso de despesas em relação a receitas no nível do ano anterior). Viver a crédito tem seus prazeres utilitários: por que retardar a satisfação? Por que esperar se você pode saborear as alegrias futuras aqui e agora? Reconhecidamente, o futuro está fora do nosso controle. Mas o cartão de crédito, magicamente, traz esse futuro irritantemente evasivo direto para você, que pode consumir o futuro, por assim dizer, por antecipação – enquanto ainda resta algo para ser consumido... Parece ser essa a atração latente da vida a crédito, cujo benefício manifesto, a se acreditar nos comerciais, é puramente utilitário: proporcionar prazer. E se o futuro se destina a ser tão detestável quanto se supõe, pode-se consumi-lo agora, ainda fresco e intacto, antes que chegue o desastre e que o futuro tenha a chance de mostrar como esse desastre pode ser detestável. (É isso, pensando bem, que faziam os canibais de outrora, encontrando no hábito de comer seus inimigos a maneira mais segura de pôr fim às ameaças de que estes eram portadores: um inimigo consumido, digerido e excretado não era mais assustador. À medida que mais deles são devorados, suas fileiras parecem engrossar em vez de encolher).

Zygmunt Bauman. *Medo líquido*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Páginas 16, 17.

06. No texto III, o autor expressa uma crítica à sociedade contemporânea, pois nesta tornou-se comum:
- (A) conviver com as dívidas por acreditar em um futuro melhor
- (B) acreditar no esforço individual por uma vida prazerosa
- (C) naturalizar o endividamento por medo do futuro
- (D) aceitar o prazer como solução para as dificuldades
07. “E **se** o futuro **se** destina a ser tão detestável...”. Os termos em destaque, nesse fragmento, classificam-se, respectivamente, como:
- (A) conjunção integrante e parte integrante do verbo
- (B) partícula de realce e pronome reflexivo
- (C) conjunção adverbial condicional e pronome reflexivo
- (D) conjunção adverbial causal e pronome apassivador

Considere o texto IV para responder às questões 08 e 09.

**Texto IV – As tensões da modernidade**

Frequentemente, o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena.

Proponho, pois, a seguinte definição: a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival.

As implicações mais importantes desta definição são as seguintes. Em primeiro lugar, perante as condições do sistema-mundo ocidental não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. Na realidade, não consigo pensar uma entidade sem tal enraizamento local; o único candidato possível, mas improvável, seria a arquitetura interior dos aeroportos. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. De fato, vivemos tanto num mundo de localização como num mundo de globalização. Portanto, em termos analíticos, seria igualmente correto se a presente situação e os nossos tópicos de investigação se definissem em termos de localização, em vez de globalização. O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o fato de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores.

Boaventura de Sousa Santos.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html>. Fragmento

08. O autor, nesse fragmento, problematiza o conceito de globalização e, para sustentar a tese que defende, apresenta o seguinte argumento:
- (A) o processo de globalização torna explícitas as raízes locais, as origens culturais específicas
- (B) o processo de globalização consiste na extensão da influência de um localismo a todo o globo
- (C) a investigação científica produz discurso hegemônico sobre a globalização, ratificando a opinião do autor
- (D) a vitória dos vencedores deriva do processo de globalização, tornando-se absoluta
09. Em “a vitória é aparentemente tão absoluta **que os derrotados acabam por desaparecer**”, a oração em destaque estabelece com a anterior a seguinte relação de sentido:
- (A) consequência
- (B) explicação
- (C) finalidade
- (D) concessão

Considere as informações contidas no texto V para responder à questão 10.

**Texto V** - O texto no contexto público

Considera-se Redação Oficial a maneira como o Poder Público elabora seus atos. Apresenta, como único emissor, o Serviço Público, representado por diferentes setores, e, como receptor, o próprio Serviço Público (quando as informações são dirigidas de um órgão a outro) ou o conjunto de cidadãos ou instituições (o público).

Como decorrência do contexto da Administração Pública, a Redação Oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, formalidade e uniformidade, clareza, precisão e concisão, critérios que garantem a compreensão da mensagem por todo cidadão [...]

Obtida com o emprego da norma culta, sistematizada pela gramática da língua padrão, e com o respeito à hierarquia, identificada nas formas de tratamento e nos fechos de comunicação, a formalidade abrange a noção de elegância e civilidade em que se deve pautar a Redação Oficial, referência de conduta para o cidadão, por constituir forma de representação da Língua Portuguesa em todo o território nacional.

*Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Página 12.*

10. Considerando o padrão formal exigido na redação oficial, é adequada à escrita a ser empregada no serviço público, inclusive em mensagem de correio eletrônico, a seguinte frase:
- (A) O servidor tem qualidades, haja vista o interesse e o esforço demonstrados.
- (B) Somente alguns criminosos foram presos, enquanto que a maioria continua em liberdade.
- (C) Obtiveram-se amplas explicações, de maneiras que tudo ficou claro.
- (D) Não pôde encaminhar o trabalho no prazo, nem tampouco teve tempo para revisá-lo.

**RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO**

11. Uma prova com apenas três questões foi aplicada para 210 candidatos. Após a correção de todas as provas verificou-se que:
- 90 candidatos acertaram a 1ª questão;
  - 110 acertaram a 2ª questão;
  - 47 acertaram a 3ª questão;
  - 18 acertaram apenas a 3ª questão;
  - 29 acertaram apenas a 2ª questão;
  - 15 acertaram as três questões;
  - todos que acertaram a 3ª questão e a 1ª questão acertaram também a 2ª.

A quantidade de candidatos que errou todas as questões corresponde a:

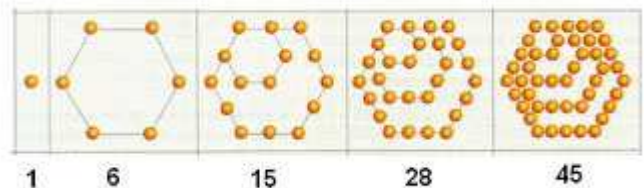
- (A) 53  
(B) 59  
(C) 63  
(D) 69

12. Observe a tabela-verdade a seguir.

P	Q	$\sim Q \leftrightarrow P$
V	V	F
V	F	x
F	V	y
F	F	z

Os valores lógicos que devem substituir x, y e z são, respectivamente:

- (A) V, F e F  
(B) F, V e V  
(C) F, F e F  
(D) V, V e F
13. Seja a seguinte proposição: “**existem pessoas que não acordam cedo e comem demais no almoço**”
- A negação dessa proposição está corretamente indicada na seguinte alternativa:
- (A) Todas as pessoas acordam cedo ou não comem demais no almoço.
- (B) Não existem pessoas que comem demais no almoço.
- (C) Não existem pessoas que acordam cedo.
- (D) Todas as pessoas que não acordam cedo comem demais no almoço.
14. Na figura abaixo estão representados os cinco primeiros *números hexagonais*.




O 10º número hexagonal é igual a:

- (A) 180  
(B) 185  
(C) 190  
(D) 195
15. São verdadeiras as quatro seguintes proposições:
- P1: Se João joga futebol, então Maria não gosta de guaraná.
- P2: Maria gosta de guaraná ou Paulo não estuda todo dia.
- P3: Paulo não estuda todo dia se, e somente se, Carlos grita de manhã.
- P4: Carlos não grita de manhã e Roberto não é flamenguista.
- Com base nas proposições acima, uma conclusão necessariamente verdadeira é:
- (A) Maria gosta de guaraná e Paulo não estuda todo dia.
- (B) Se João não joga futebol, então Paulo estuda todo dia.
- (C) Paulo estuda todo dia e Carlos grita de manhã.
- (D) Se Paulo estuda todo dia, então Roberto é flamenguista.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Atualmente existem diversos dispositivos que são integrados à configuração dos computadores: uns que operam exclusivamente na entrada ou na saída de dados, e outros que podem atuar tanto na entrada como na saída, dependendo do instante em que ocorre a transação. Dos dispositivos que operam exclusivamente na entrada e na saída são exemplos, respectivamente:

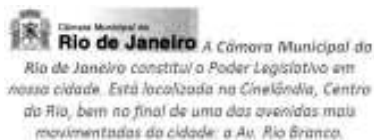
- (A) scanner e pendrive  
(B) isostick e plotter  
(C) scanner e plotter  
(D) isostick e pendrive

17. No Windows 8, versão português brasileiro, pressionar unicamente a tecla Windows, representada pela figura , tem por finalidade:

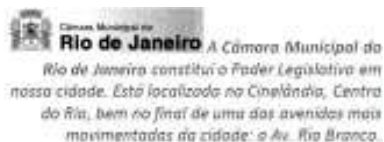
- (A) exibir a janela do menu Iniciar  
(B) classificar os ícones da área de trabalho em ordem alfabética  
(C) abrir a janela do gerenciador de pastas e arquivos do sistema  
(D) mostrar a caixa de diálogo Executar no canto inferior esquerdo da tela

18. Observe as figuras I e II.

I – alinhamento centralizado



II – alinhamento à direita



Após selecionar o texto em I, para obter o alinhamento à direita indicado em II deve-se executar o seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + G  
(B) Ctrl + G  
(C) Ctrl + D  
(D) Alt + D

19. A planilha abaixo foi criada no Calc do pacote LibreOffice 4.1.0.4

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	CÂMARA MUNICIPAL RJ - 2014							
2								
3	Programa de Capacitação - Treinamento							
4								
5			NOTAS					
6	#	Nome	N1	N2	N3	Média	Conceito	
7	14081	Andréa	9,5	5,9	8,6	8,0	MB	
8	14082	Frederico	4,6	5,8	5,3	5,2	R	
9	14083	Heitor	6,0	7,0	5,0	6,0	B	
10	14084	Jesus	4,9	8,9	7,7	7,2	B	

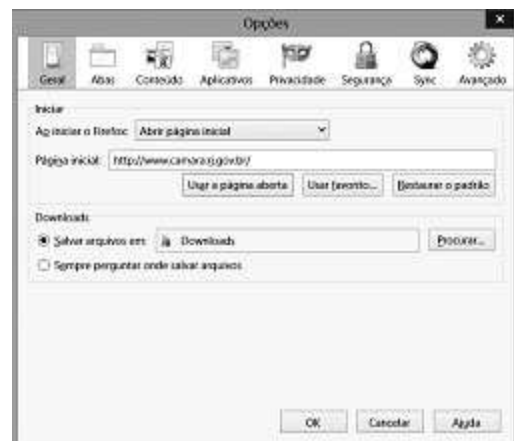
Na planilha foram realizados os procedimentos listados a seguir.

- em G7, foi inserida uma expressão que determina a média aritmética entre as três notas em D7, E7 e F7. Os valores mostrados em G8, G9 e G10 foram calculados de forma semelhante;
- em H7, foi inserida uma expressão usando a função SE, que mostra "MB" se a média é maior ou igual a 8, "B" se a média é menor que 8 e maior ou igual a 6 e "R" se a média é menor que 6.

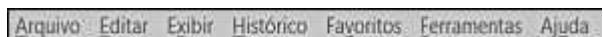
Nessas condições, as expressões inseridas em G9 e H8 foram, respectivamente:

- (A) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))  
(B) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))  
(C) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))  
(D) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))

20. A figura abaixo mostra a janela de Opções no browser Firefox Mozilla, indicando a definição da URL <http://www.camara.rj.gov.br/> da Câmara Municipal do RJ como página inicial.



Essa janela é exibida a partir de um clique em "Opções" em outra janela que se abre ao se acionar uma das guias da Barra de Menu



Essa guia é:

- (A) Ferramentas  
(B) Favoritos  
(C) Editar  
(D) Exibir

**ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

21. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que:
- (A) o servidor poderá receber prêmios ou recompensas de particulares pelo bom desempenho de seu mister, desde que o valor não ultrapasse o montante de cinquenta reais
  - (B) a vida pessoal do servidor em nada pode ser considerada para fins ético-profissionais, já que constitui expressão de sua autonomia privada
  - (C) é vedado ao servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
  - (D) cabe ao servidor valer-se do bom senso para fins de atendimento a pessoas idosas ou com saúde frágil, sendo autorizada até mesmo, em casos extremados, a omissão de determinadas informações
22. Configura crime contra as Finanças Públicas a seguinte conduta:
- (A) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei
  - (B) autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa previamente empenhada
  - (C) executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos últimos doze meses de mandato
  - (D) promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei ou resolução do Senado Federal
23. A Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade administrativa), no capítulo em que trata do procedimento administrativo e do processo judicial referentes a ato de improbidade, dispõe que:
- (A) no caso de ação proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica lesada, é cabível transação, acordo ou conciliação
  - (B) a ação principal será proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica lesada ou por qualquer pessoa capaz devidamente qualificada, dentro de 30 dias após a efetivação de medida cautelar
  - (C) a autoridade administrativa rejeitará a representação se esta não contiver as formalidades necessárias, o que impede a representação ao Ministério Público pelos mesmos fatos descritos
  - (D) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade

24. As diversas condutas previstas como atos de improbidade nos incisos dos artigos 9, 10 e 11 da Lei 8429/92 constituem:
- (A) hipóteses exaustivas, o que veda a punição de condutas ímprobas não previstas especificamente em seu texto legal
  - (B) rol exemplificativo, o que é confirmado pela utilização pela própria Lei da palavra "notadamente" antes da apresentação das condutas
  - (C) rol taxativo, o que não afasta a aplicação das normas penais previstas na própria Lei de Improbidade
  - (D) hipóteses exemplificativas, puníveis a título de culpa ou dolo, conforme disposição expressa do *caput* dos referidos artigos
25. A Lei de Improbidade Administrativa (8429/92), no que tange à prescrição prevê:
- (A) a sua inaplicabilidade, tendo em vista que a Constituição da República impõe a imprescritibilidade das condutas ímprobas em geral
  - (B) diretamente o prazo prescricional de 5 anos no que se refere a atos praticados por ocupantes de cargo efetivo ou emprego público
  - (C) a possibilidade de propositura de ações sancionatórias até cinco anos após o término de exercício de mandato, de cargo em comissão ou função de confiança
  - (D) a remissão a leis específicas funcionais de cada Ente Federativo, em claro respeito ao Pacto Federativo, nada dispondo acerca de prazos prescicionais

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

26. De acordo com o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, o orçamento deve:
- (A) compreender, obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento
  - (B) abranger as receitas e as despesas relacionadas a todos os poderes e órgãos da administração direta, excluídas as entidades da administração indireta que, em razão de sua autonomia financeira, elaborarão orçamentos específicos a serem enviados ao Legislativo até o dia 01 de agosto de cada ano
  - (C) compreender as despesas e receitas do Poder Executivo, órgãos e fundos da administração direta, excluídos o Poder Legislativo e as Entidades da administração indireta, que devem elaborar orçamentos próprios, a serem votados até o fim de cada Legislatura
  - (D) abranger, obrigatoriamente, as receitas e despesas relativas a todos os poderes e órgãos da administração direta e das fundações públicas, excluídos os fundos e as Entidades da administração indireta que detenham orçamento próprio

27. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro contempla emendas ao seu próprio texto, havendo a previsão específica de que:

- (A) pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a alterar ou substituir os símbolos, ou a denominação do Município
- (B) a matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
- (C) a proposta de emenda será discutida e votada em turno único, e considerada aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal
- (D) em simetria com a Constituição da República, a Lei Orgânica prevê como legitimados para propor emendas à Lei Orgânica os membros do Poder Legislativo e o Chefe do Executivo, alijando a população de importante instrumento legislativo

28. Segundo o disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município é pessoa jurídica de direito público interno dotada de:

- (A) soberania política, exercida por meio da eleição direta do Prefeito e dos Vereadores e indireta do Vice-Prefeito, e autonomia legislativa, nos limites definidos pela Constituição da República e pela Constituição do Estado
- (B) autonomia financeira, garantida pelo repasse de verbas federais e estaduais a serem aplicadas nas áreas de saúde e educação infantil, primordialmente, e subsidiariamente na organização dos serviços públicos de interesse local
- (C) soberania política e autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos delegados pela União e pelo Estado e administração própria dos assuntos de interesse local
- (D) autonomia legislativa, através do exercício pleno pela Câmara Municipal das competências e prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal

29. O Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando se refere à Mesa Diretora, determina que:

- (A) após a elaboração da proposta orçamentária pelo Prefeito, compete à Mesa Diretora sua aprovação e encaminhamento ao Plenário sob a forma de Resolução, a ser incluída na proposta do Município
- (B) compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições, propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e dos seus serviços, bem como encaminhar as contas anuais ao Tribunal de Contas do Município
- (C) a Mesa Diretora decidirá, pelo voto mínimo de 2/3 dos seus membros, acerca de propostas de alteração, reforma ou substituição do Regimento Interno da Câmara Municipal
- (D) a eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal realizar-se-á a 1º de janeiro do primeiro ano da Legislatura, sob a Presidência do Vereador mais votado

30. O Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro classifica como despesas de capital:

- (A) as dotações destinadas a atender compromissos de cujo pagamento resultem bens públicos de uso comum ou mutações compensatórias nos elementos do patrimônio
- (B) os compromissos assumidos pelo Município no atendimento dos serviços e encargos de interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, da lei, ou em decorrência de contratos e outros instrumentos
- (C) as dotações destinadas a atender compromissos cujo pagamento importará em baixa de disponibilidade sem compensação patrimonial
- (D) os compromissos para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive os destinados a atender à conservação, adaptação e reparos de bens móveis

#### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

31. Em abril de 2013, verificou-se que um determinado município tinha ultrapassado o seu limite com despesa total com pessoal, sem conseguir eliminar a parcela excedente até o final do exercício financeiro. Nesse caso, conforme a legislação vigente, o município sofrerá algumas sanções. Entre essas sanções, **NÃO** se inclui:

- (A) contratar operações de crédito para abertura de crédito adicional suplementar
- (B) receber transferências voluntárias da União
- (C) obter garantia direta ou indireta de outro ente federativo
- (D) contratar operações de crédito para refinarciar a dívida mobiliária

32. No que diz respeito ao conceito e às classificações orçamentárias das despesas públicas, é correto afirmar que:
- (A) os gastos relativos a serviços em regime de programação especial são apropriados como despesas de capital-investimento
- (B) podem ser classificadas, em um primeiro momento, em dois grandes grupos, a saber: despesas orçamentárias e despesas extraordinárias
- (C) os valores relativos aos empréstimos concedidos são apropriados como transferências de capital
- (D) na classificação funcional, as funções correspondem aos meios e aos instrumentos de ações organicamente articulados para o cumprimento das metas governamentais
33. No que concerne ao processo orçamentário, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) na lei orçamentária não se veda a possibilidade de abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita
- (B) a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto
- (C) em casos urgentes e relevantes, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ainda que incompatíveis com o plano plurianual, poderão ser aprovadas
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, as disposições relativas às despesas com pessoal e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários
34. Com base nas normas vigentes, a identificação da natureza da receita orçamentária é efetuada por oito dígitos numéricos, subdivididos em seis níveis. O nível de classificação que permite identificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos corresponde à:
- (A) categoria econômica
- (B) espécie
- (C) origem
- (D) rubrica
35. Em 2013, uma determinada prefeitura registrou os seguintes ingressos de recursos financeiros ocorridos no seu caixa: (valores em R\$)
- |   |        |
|---|--------|
| Impostos sobre Serviços.....                | 30.000 |
| IPTU.....                                   | 21.500 |
| Aluguéis de imóveis.....                    | 12.500 |
| Alienação de títulos mobiliários.....       | 20.000 |
| Operações de crédito internas.....          | 50.000 |
| Alienação de bens móveis.....               | 13.000 |
| Tarifa de pedágios.....                     | 2.000  |
| Arrendamentos.....                          | 4.000  |
| Dividendos de empresas públicas.....        | 12.000 |
| Recebimento da Dívida Ativa Tributária..... | 4.000  |
- Pode-se afirmar que o montante correspondente às receitas patrimoniais arrecadadas foi igual a:
- (A) R\$ 28.500,00
- (B) R\$ 43.500,00
- (C) R\$ 33.000,00
- (D) R\$ 49.500,00
36. Uma determinada prefeitura, devidamente autorizada, adquiriu no exercício financeiro de 2013, uma pequena clínica médica que funcionava em um dos seus distritos, com a intenção de aumentar a sua capacidade de atendimentos laboratoriais. Nesse caso, em cumprimento às normas vigentes, a despesa orçamentária efetuada foi classificada, quanto ao grupo de natureza da despesa, como:
- (A) investimento
- (B) transferência de capital
- (C) despesa corrente
- (D) inversão financeira
37. Com base na doutrina e nos enunciados dos diversos princípios orçamentários, é correto afirmar que:
- (A) o princípio da anualidade proíbe a incorporação dos créditos adicionais especiais e extraordinários à Lei Orçamentária do exercício financeiro subsequente
- (B) o princípio do orçamento bruto determina que o orçamento deve conter as receitas e despesas do município, de qualquer natureza, precedência ou destino, inclusive a dos fundos
- (C) um dos objetivos do princípio orçamentário da universalidade é impedir que o prefeito realize operações de crédito sem prévia autorização da Câmara Municipal
- (D) segundo o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter matéria orçamentária, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e fixação da despesa.



38. A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. O limite aplicável para a sua realização, de acordo com a legislação vigente, está definido a um percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). Supondo-se que, numa determinada data, o valor apurado da RCL de um município foi igual a R\$ 500.000, a operação de ARO, no exercício, estaria limitada ao seguinte montante:

- (A) R\$ 35.000,00
- (B) R\$ 57.500,00
- (C) R\$ 80.000,00
- (D) R\$ 110.000,00

39. Com relação ao Orçamento-Programa, pode-se afirmar que:

- (A) as despesas são fixadas para serem aplicadas nas categorias econômicas, elementos, subelementos e itens de despesas
- (B) as despesas são fixadas para serem aplicadas nas funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais
- (C) em sua estrutura, são totalmente priorizados os aspectos contábeis da gestão e os critérios de classificação baseiam-se em unidades administrativas
- (D) são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício financeiro

40. A Lei Orçamentária de 2013 do Município de Estrela Branca previa receitas e fixava despesas no valor de R\$ 500.000,00. No decorrer do exercício financeiro, foram aprovados e abertos os seguintes créditos adicionais:

15/jul – crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 com recursos de superávit financeiro de 2012;

01/set – crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 com recursos provenientes da anulação parcial de dotação anterior;

11/nov – crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 proveniente do excesso de arrecadação apurado até o final de outubro.

Sabendo-se que só houve essas retificações na Lei orçamentária, pode-se afirmar que o montante da despesa autorizada no exercício foi igual a:

- (A) R\$ 650.000,00
- (B) R\$ 620.000,00
- (C) R\$ 610.000,00
- (D) R\$ 590.000,00

## CONTABILIDADE PÚBLICA

Para responder às questões de números 41 e 42, considere os seguintes dados e informações, referentes ao balanço orçamentário elaborado em 31/12/2013 por uma determinada prefeitura:

	Receitas Correntes	Receitas de Capital
Previsão Inicial	120.000	30.000
Previsão Atualizada	120.000	30.000
Receitas Realizadas	125.100	28.200

	Despesas Correntes	Despesas de Capital
Dotação Inicial	112.500	37.500
Dotação Atualizada	112.500	37.500
Despesas Empenhadas	109.500	36.600
Despesas Liquidadas	108.000	30.600
Despesas Pagas	103.500	25.500

Durante o exercício financeiro não ocorreu retificação da LOA, refinanciamento da dívida e nem reabertura de saldos remanescentes de créditos adicionais.

41. De acordo com as normas vigentes, os valores da economia de gastos e do superávit orçamentário foram, respectivamente, iguais a:

- (A) R\$ 3.900,00 e R\$ 7.200,00
- (B) R\$ 7.200,00 e R\$ 24.200,00
- (C) R\$ 17.100,00 e R\$ 3.900,00
- (D) R\$ 24.200,00 e R\$ 14.700,00

42. No balanço patrimonial elaborado na mesma data, o valor, demonstrado no balanço orçamentário, que fez parte do montante do Passivo Circulante correspondeu a:

- (A) R\$ 7.200,00
- (B) R\$ 7.500,00
- (C) R\$ 9.600,00
- (D) R\$ 17.100,00

43. A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T16. 5 estabelece que os registros contábeis devem ser realizados e as informações devem reunir requisitos de verdade e de validade, que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão. Ao fazê-lo, a referida norma expressa a seguinte característica da formalidade do registro contábil:

- (A) integridade
- (B) fidedignidade
- (C) visibilidade
- (D) confiabilidade

44. No primeiro trimestre de 2013, uma determinada prefeitura recebeu de uma empresa pública vinculada dividendos referentes ao exercício anterior. Ao término do exercício financeiro, por ocasião da Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborada em 31/12/2013, esses dividendos recebidos deveriam ter sido incluídos no seguinte grupo de contas:

- (A) 4.3 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos
- (B) 4.4 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras
- (C) 4.6 – Valorização e Ganho com Ativos
- (D) 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

45. Em 31/12/2013, foi elaborado por uma determinada prefeitura o seguinte balancete contábil: (valores em R\$)

Almoxarifado (P).....	10.800
Aplicações Financeiras (F).....	4.500
Bens Móveis (P).....	19.800
Crédito Empenhado a Liquidar.....	2.340
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.....	17.280
Crédito Liquidado Pago.....	28.800
Caixa e Equivalente de Caixa (F).....	17.100
Depósitos Restituíveis (F).....	2.700
Dotação Atualizada.....	57.600
Edificações em Uso (P).....	27.000
Empréstimos a Curto Prazo (P).....	11.160
Empréstimos a Longo Prazo (P).....	36.000
Fornecedores a Curto Prazo (F).....	11.880
Pessoa a Pagar (F).....	5.400
Previsão Atualizada.....	57.600
Receita Realizada.....	46.800
Receita a Realizar.....	10.800
Resultado Acumulado.....	14.760
Valores Restituíveis.....	2.700

Como informação complementar, no exercício financeiro não houve retificação da LOA e nem refinanciamento da dívida.

Com esses dados, no balanço patrimonial elaborado, o montante de Ativo Real e o valor do superávit financeiro eram, respectivamente, iguais a:

- (A) R\$ 46.800,00 e R\$ 4.320,00
- (B) R\$ 81.900,00 e R\$ 1.980,00
- (C) R\$ 46.800,00 e R\$ 1.980,00
- (D) R\$ 81.900,00 e R\$ 4.320,00

46. Em 25/03/2014, um determinado contribuinte realizou o pagamento referente ao crédito da dívida ativa tributária. Por ocasião do recebimento do recurso financeiro, a contabilidade da prefeitura efetuou os lançamentos pertinentes à operação. Nesse contexto, o lançamento contábil que **NÃO** corresponde ao registro do valor do principal do referido crédito, independentemente da natureza da informação, é:

- (A) D: Caixa e Equivalente de Caixa  
C: Créditos Tributários a Receber
- (B) D: Execução da Disponibilidade de Recursos  
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos
- (C) D: Receita Realizada  
C: Receita a Realizar
- (D) D: Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Receber  
C: Créditos Inscritos em Dívida Ativa Recebidos

47. Com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com referência aos controles da fixação e execução das despesas orçamentárias, bem como ao controle da descentralização dos créditos orçamentários, é correto afirmar que:

- (A) o registro da liquidação de uma despesa será feito pelo lançamento a débito da conta Crédito Empenhado Liquidado a Pagar e a crédito da conta Crédito Empenhado a Liquidar
- (B) quando ocorrer uma reserva de dotação para atender uma licitação, será realizado o lançamento a débito da conta Crédito Disponível e a crédito da conta Crédito Inicial
- (C) quando um hospital municipal receber uma Provisão da Secretaria de Saúde, o lançamento efetuado pelo hospital deverá ser a débito da conta Crédito Disponível e a crédito da conta Provisão Recebida
- (D) no comprometimento assumido por um ente governamental, sem a realização do pré-empenho, deverá ser efetuado um lançamento a débito da conta Crédito Disponível e a crédito da conta Crédito Empenhado a Liquidar

48. Durante o exercício financeiro, os gastos realizados com pagamentos de aposentadorias dos servidores municipais e com o pagamento de juros e encargos de empréstimos obtidos são classificados, respectivamente, nos seguintes grupos das Variações Patrimoniais Diminutivas:

- (A) 3.1 e 3.7
- (B) 3.2 e 3.4
- (C) 3.3 e 3.5
- (D) 3.4 e 3.9

49. Em 10/04/2014 uma determinada prefeitura realizou o pagamento a um fornecedor, referente à aquisição de material de consumo, para estoque de almoxarifado. Com base na legislação vigente, para registro dessa operação, foram utilizadas as contas contábeis agrupadas nas seguintes classes do PCASP:

- (A) 1, 2, 3, 6 e 8
- (B) 1, 2, 6, 7 e 8
- (C) 1, 2, 6 e 8
- (D) 1, 3, 5 e 6

50. Em 31/12/2013 foram levantadas as seguintes transações, ocorridas durante o exercício financeiro: (valores em R\$)

Arrecadação de tributos.....	60.000
Empenho de despesas.....	105.000
Alienação de bens móveis.....	22.500
Pagamento de pessoal.....	35.000
Aquisição de mobiliário.....	15.000
Pagamento de Restos a Pagar de 2012.....	12.500
Bens móveis baixados por sinistro.....	1.500
Amortização da dívida.....	45.000
Pagamento de juros e encargos.....	5.000
Operações de crédito internas.....	20.000
Incorporação de bens móveis doados.....	10.000

Com esses dados, pode-se afirmar que, na elaboração do balanço financeiro pertinente ao exercício, o resultado financeiro evidenciado correspondeu a um:

- (A) superávit de R\$ 2.500,00
- (B) déficit de R\$ 10.000,00
- (C) superávit de R\$ 3.500,00
- (D) déficit de R\$ 5.000,00

#### AUDITORIA

51. O parágrafo introdutório do relatório do auditor contábil independente deve:

- (A) especificar a responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
- (B) incluir a responsabilidade do auditor sobre as demonstrações contábeis
- (C) conter a opinião do auditor contábil independente
- (D) afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas

52. O documento utilizado pela auditoria interna para propiciar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos aplicados, bem como o julgamento exercido e o suporte das conclusões alcançadas, é:

- (A) relatório de auditoria
- (B) programa de teste
- (C) matriz de risco
- (D) papel de trabalho

53. Os controles internos, quanto à tempestividade, ao momento de atuação, são classificados como:

- (A) preventivos, concomitantes e subsequentes
- (B) preventivos, substantivos e corretivos
- (C) detectivos, concomitantes e analíticos
- (D) detectivos, substantivos e subsequentes

54. O risco de auditoria é uma função dos riscos de:

- (A) fraude e quantidade de erro
- (B) distorção relevante e de detecção
- (C) imagem e prestação de contas
- (D) responsabilização e transparência

55. O auditor contábil independente, perante inconsistência ou dúvida quanto à confiabilidade da evidência de auditoria, deve:

- (A) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e considerar o efeito desse assunto, se houver, sobre outros aspectos da auditoria
- (B) encerrar a auditoria e preparar relatório final de auditoria com os apontamentos acerca do assunto, considerando o efeito fiscal, e encaminhá-lo ao tribunal de contas para averiguação
- (C) refazer o teste de auditoria duplicando a amostra de todos os testes de auditoria, além de excluir da base de seleção o item da amostra que apresentou problemas na evidência de auditoria
- (D) excluir o item da amostra que apresentou problemas de evidência de auditoria e emitir sua opinião no relatório final de auditoria sem mencioná-lo e sem determinar quais ajustes ou modificações são necessárias

56. As normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna definem que as avaliações externas do programa de avaliação da qualidade e melhoria das atividades da auditoria interna devem ser realizadas pelo menos uma vez a cada:

- (A) três anos
- (B) ano
- (C) cinco anos
- (D) dez anos

57. O auditor contábil independente observou, por ocasião da inspeção dos contratos de empréstimos, que os juros devidos e não pagos, até a data de encerramento do exercício social, não foram provisionados. Este é um tipo de teste de auditoria principal para:
- (A) superavaliação do ativo e secundário para subavaliação de receita
  - (B) subavaliação do passivo e secundário para subavaliação de despesa
  - (C) subavaliação do passivo e secundário para superavaliação de despesa
  - (D) superavaliação do passivo e secundário para superavaliação de despesa
58. O teste de auditoria contábil que parte do valor registrado no razão geral para o documento-suporte da transação é o teste para:
- (A) subavaliação
  - (B) subutilização
  - (C) superavaliação
  - (D) superutilização
59. Se uma comunicação final da auditoria interna contiver erro ou omissão significativa, o chefe de auditoria deve:
- (A) comunicar a informação correta a todas as partes que tenham recebido a comunicação original
  - (B) publicar nos meios públicos de comunicação da organização uma retificação do conteúdo
  - (C) comunicar a informação correta para as partes que reclamarem de erros ou omissão
  - (D) alterar a comunicação final e documentar nos papéis de trabalho a retificação com a informação correta
60. A confirmação externa é um procedimento de auditoria para:
- (A) validação dos documentos das transações obtidos junto à fiscalização
  - (B) teste das variações dos saldos e movimentações do patrimônio líquido
  - (C) teste da variação analítica dos processos da entidade auditada mensalmente
  - (D) validação de transações ou saldos contábeis da entidade auditada

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

61. Conforme o disposto na Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos), considera-se serviço toda atividade:
- (A) destinada a obter determinada utilidade para a administração, como a demolição, o conserto e a instalação
  - (B) que visa a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta
  - (C) em que se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais
  - (D) que visa a um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessários, sob inteira responsabilidade da contratada
62. A denominada equação econômico-financeira do contrato administrativo pode ser conceituada como:
- (A) relação de adequação existente entre a Administração e o contratado segundo a qual uma parte não pode exigir da outra o cumprimento de sua obrigação sem que ela mesma tenha cumprido a sua
  - (B) relação de equilíbrio entre o valor do contrato e a média praticada no mercado, sendo possível, durante todo o período contratual, a fiscalização de sua execução
  - (C) relação de adequação entre o objeto e o preço, presente ao momento em que se firma o ajuste, possibilitando às partes, quando possível, a oportunidade de restabelecer o equilíbrio toda vez que ele for rompido
  - (D) relação de adequação pautada em prerrogativas legais que permitem a alteração unilateral do contrato administrativo, por parte da Administração
63. Quanto à duração dos contratos administrativos que tenham por objeto o aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, é possível afirmar que:
- (A) pode estender-se pelo prazo de até 120 (cento e vinte) meses após o início da vigência do contrato
  - (B) pode estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato
  - (C) fica limitada a 60 (sessenta) meses, embora com a possibilidade excepcional de ser acrescentado mais um período de 12 (doze) meses, desde que haja a devida justificativa e autorização da autoridade competente
  - (D) será de 1(um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1(um) ano, desde que haja a devida justificativa e autorização da autoridade competente

64. São motivos para a rescisão do contrato administrativo expressamente previstos na Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos), entre outros:
- (A) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, com justa causa e prévia comunicação à Administração, bem como a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato
  - (B) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessação ou transferência total ou parcial, bem como a transformação, fusão, cisão ou incorporação admitidas no edital e no contrato
  - (C) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, bem como em caso de decretação de recuperação judicial, falência ou instauração de insolvência civil
  - (D) o atraso injustificado do início da obra, serviço ou fornecimento, bem como o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores
65. A modalidade de licitação realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, recebe o nome de:
- (A) convite
  - (B) leilão
  - (C) tomada de preços
  - (D) pregão
66. A Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) instituiu a modalidade licitatória denominada pregão, que possui características próprias, bem como objeto de contratação específico, sendo certo que:
- (A) o Município do Rio de Janeiro poderá adotar, nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, a modalidade do pregão, inclusive por meio eletrônico, observando-se que, quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora
  - (B) é restrita à União a adoção, nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, da modalidade do pregão, inclusive por meio eletrônico, observando-se que, quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.
  - (C) o Município do Rio de Janeiro poderá adotar, nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, a modalidade do pregão presencial, sendo incabível a modalidade do pregão eletrônico em razão da natureza dos bens e serviços em questão, observando-se que quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora
  - (D) é restrita à União, aos Estados e ao Distrito Federal a adoção, nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, da modalidade do pregão presencial, sendo incabível a modalidade do pregão eletrônico em razão da natureza dos bens e serviços em questão

67. Com base na Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão), quanto à modalidade licitatória denominada pregão, é possível afirmar que:
- (A) para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério da melhor técnica, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital
  - (B) na fase preparatória ou interna a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cujas atribuições incluem, entre outras, o recebimento das propostas e lances
  - (C) a fase preparatória ou interna inicia-se com a convocação dos interessados, que é efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federativo ou, não existindo, em jornal de circulação local
  - (D) no âmbito do Ministério da Defesa, é vedado a militares o exercício das funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio
68. A Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos), excepcionando a regra da obrigatoriedade do procedimento licitatório, estabelece que é dispensável a licitação para:
- (A) a contratação de fornecimento de energia nuclear com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica
  - (B) a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo
  - (C) a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração e de edições técnicas oficiais, bem como para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública
  - (D) a contratação de serviços técnicos de pareceres, perícia e avaliação de natureza singular
69. De acordo com as regras sobre licitações e contratos expressamente previstas na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, para a participação em licitação promovida por órgãos ou entidades de Poder Público, a assinatura de contrato com qualquer deles e a concessão de incentivos fiscais pelo Município dependem de:
- (A) comprovação, pelo interessado, da regularidade de sua situação junto à Fazenda Nacional
  - (B) comprovação de sua regularidade trabalhista, a ser feita por meio da apresentação, entre outros documentos, da CNDT, atestando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
  - (C) autorização do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
  - (D) comprovação, pelo interessado, da regularidade de sua situação em face das normas de proteção ambiental
70. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, no que tange ao processo licitatório, em caso de empate entre duas ou mais propostas, será dada como vencedora a apresentada por empresa que:
- (A) tenha participação majoritária de capital nacional
  - (B) seja estabelecida no Estado do Rio de Janeiro
  - (C) possua instrumentos para a defesa dos direitos dos consumidores e dos usuários de serviços públicos
  - (D) estimule a pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias poupadoras de energia